



ATA N.º 6/2025

Ata número seis de dois mil e vinte e cinco

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu, no edifício-sede da Junta de Freguesia da Maceira, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da Maceira, sob a presidência do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Leonel Santos, secretariada pela Primeira Secretária, Maria de La Salette Sousa, e pela Segunda Secretária, Cláudia Silva, contando ainda com a presença de todos os membros da Assembleia e de todos os elementos do Executivo da Junta de Freguesia

Conforme edital, a Assembleia apresentava a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

PONTO UM: Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do Cônego Luciano Coelho Cristino – apreciação e votação.

PONTO DOIS: Regimento da Assembleia de Freguesia – apreciação, discussão e votação.

PONTO TRÊS: Relatório do Presidente da Junta de Freguesia da Maceira sobre a atividade da Junta e informação sobre a situação financeira – apreciação.

PONTO QUATRO: Proposta de Orçamento, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal da Freguesia para o ano de 2026 – apreciação, discussão e votação.

PONTO CINCO: Inventário da Freguesia – apreciação, discussão e votação.

PONTO SEIS: Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções em regime de meio tempo do Presidente da Junta de Freguesia da Maceira – apreciação.

PONTO SETE: Contratos plurianuais- autorização para assunção de compromissos:

- Contrato de telecomunicações;
- Contrato para reparação e limpeza de vias públicas;
- Contrato para manutenção dos cemitérios;
- Contrato para manutenção e limpeza de rotundas e espaços públicos.

PONTO OITO: Outros assuntos de interesse da Freguesia.

O Presidente da Mesa deu início à sessão, começando por cumprimentar os novos membros da Assembleia e os elementos do Executivo para o mandato agora iniciado.

Manifestou a expectativa de que, tal como anunciado durante a campanha eleitoral, todos contribuam para o progresso da Freguesia.



Desejou ainda que as sessões decorram com normalidade e respeito, considerando desejáveis as críticas, a discussão e as propostas, sempre com um objetivo comum: o bem-estar da Maceira.

Antecedendo a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa solicitou o consentimento para que as Assembleias fossem gravadas em áudio, com o objetivo único de elaboração das atas de forma mais completa.

Foi obtido o consentimento de todos os presentes para a gravação da Assembleia.

O Presidente da Mesa abordou também a questão dos meios de comunicação a utilizar para as convocatórias das Assembleias.

Tal como estipula a lei, a convocatória para a primeira Assembleia foi efetuada por carta registada; contudo, a mesma lei prevê a possibilidade de utilização de outros meios de comunicação.

Nos últimos mandatos dos órgãos autárquicos, a convocatória tem sido efetuada por correio eletrónico, tendo o Presidente da Mesa proposto a utilização deste meio para a realização das convocatórias e para o envio de documentos.

A este propósito, referiu que a ata da Assembleia anterior é um documento que deve ser lido, discutido e votado na Assembleia seguinte; no entanto, tem sido prática enviar antecipadamente aos membros da Assembleia a ata provisória por correio eletrónico, para prévia análise, de forma a evitar a sua leitura integral durante a sessão.

Acrescentou que a mesma poderá ser corrigida previamente, caso alguma declaração não esteja devidamente registada na ata e algum membro da Assembleia considere importante a sua inclusão.

Acrescentou que todas as atas se encontram arquivadas na sede da Junta de Freguesia, podendo ser objeto de consulta.

A proposta foi aceite por todos os membros da Assembleia.

O Presidente da Mesa chamou a atenção para o facto de que, conforme previsto na lei e no Regulamento da Freguesia, as faltas às sessões da Assembleia poderão determinar a perda de mandato quando ultrapassado o limite legalmente estabelecido.

Esclareceu ainda que as faltas justificadas devem ser comunicadas antecipadamente à Mesa da Assembleia.



Referiu igualmente que a perda de mandato implicará a substituição do respetivo membro pelo elemento seguinte da lista eleitoral correspondente.

Acrescentou que qualquer membro da assembleia pode solicitar a suspensão temporária do seu mandato, mediante apresentação de motivo justificativo, sendo substituído, durante esse período, pelo elemento seguinte da respetiva lista eleitoral.

O Presidente da Mesa solicitou que, no momento de tomar a palavra, cada interveniente se identifique pelo nome, a fim de permitir a correta identificação, na gravação, de quem intervém, bem como evitar que mais do que um membro fale em simultâneo.

Passou-se de seguida ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

PONTO UM - Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do Cónego Luciano Coelho Cristino – votação.

Foi lido documento elaborado pela Junta de Freguesia, mencionando a obra do maceirense em questão e o voto de pesar pelo falecimento do ilustre cidadão (documento em anexo – 1).

Colocado a votação, o voto de pesar do Cónego Luciano Coelho Cristino, foi aprovado por unanimidade.

PONTO DOIS - Regimento da Assembleia de Freguesia - apreciação, discussão e votação.

O Presidente da Mesa referiu que é o documento base pela qual se rege a ação e competências da Assembleia da Freguesia e é construído seguindo o protocolado em Decreto de Lei.

É de Lei que o documento seja discutido e votado na 1ª Assembleia Ordinária dos empossados Órgãos Autárquicos.

Este é um documento base pela qual se regem as ações da Assembleia de Freguesia.

Acrescentou que antecipadamente foi enviado aos membros da Assembleia o Regimento em vigor para apreciação. Este documento foi elaborado em 2010, na data, com a preciosa colaboração do membro da assembleia do PSD Célia Renata, licenciada em direito, com a criação de um Grupo de Trabalho, analisando a Lei em vigor de 2009.



Em 2013, saiu Decreto de Lei (D.L 75/2013) sobre as Autarquias, com inserção de algumas alíneas que não estão previstas no regimento em vigor, nomeadamente a competência da Assembleia de Freguesia, na aprovação das delegações de competências, pelo princípio da descentralização, do Município para a Freguesia.

Cláudia Silva acrescentou que um ponto interessante a incluir seria o “uso de novas tecnologias” para divulgação da atividade da Junta e da Assembleia de Freguesia.

Ricardo Filipe usou da palavra para informar que a Lei se sobrepõe ao Regimento, sendo este uma norma interna que serve de guia, sendo desejável que este documento preveja todas as situações estipuladas pela Lei.

Considerou que o documento devia ser revisto, com eventual constituição de Grupo de Trabalho. Em alternativa, o Presidente da Mesa sugeriu que fossem enviados pelos membros da Assembleia, à Mesa da Assembleia, propostas de alteração que serão compiladas na elaboração do documento a ser discutido e votado em próxima Assembleia. Acrescentou que na mesma sessão de Assembleia não é possível que na mesma sessão em que seja criado um documento, este seja votado.

Nuno Oliveira tomou a palavra para sugerir que o documento fosse bem analisado por todos. Considerou que não era um Ponto importante de momento, considerando que efetivamente existe alguma divergência entre a Lei 75/2013 e o Regimento em vigor, sendo da opinião que o documento pode ser melhorado no seu conteúdo, havendo alíneas no Regimento que já não se coadunam com a realidade (deu o exemplo dos CDs das atas). Alexandre Pereira partilhou dessa intervenção, sendo da opinião que o texto previsto na Lei relativamente à delegação de Competências poderia ser melhorado e que não seria pertinente a sua votação na presente Assembleia.

O Presidente da Mesa colocou à votação a possibilidade de adiamento da apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para sessão posterior, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

PONTO TRÊS - Relatório do Presidente da Junta de Freguesia de Maceira sobre a atividade da Junta e informação sobre situação financeira - apreciação;

O Presidente da Mesa referiu que, como é habitual e conforme estipulado por lei, o Executivo apresenta à Assembleia a sua atividade nos últimos meses. De seguida, foi dada a palavra ao Presidente do Executivo, Vítor Santos, que informou que, desde que tomou posse, há cerca de um mês e meio, foram distribuídos os pelouros pelos elementos do Executivo.

A distribuição ficou definida da seguinte forma:



- **Secretária – Sofia Francisco**, responsável pelos pelouros de Apoio Social, Eventos Culturais, Representação da Junta e Redes Sociais.
- **Tesoureiro – Manuel Batista**, responsável pelos pelouros de Gestão Financeira, Património da Freguesia, Cemitérios e Assuntos Interadministrativos.
- **1.ª Vogal – Florbela Silva**, responsável pelos pelouros de Apoio Social e Juventude, Pavilhão Gimnodesportivo, Piscina, Associativismo e Ambiente.
- **2.º Vogal – Hélder Salgueiro**, responsável pelos pelouros de Gestão de Eventos, Gestão de Projetos, Proteção Civil, Limpeza da Via Pública e Obras na Freguesia.

Informou ainda que ao Presidente do Executivo cabem igualmente todos estes pelouros, bem como a representação institucional da Freguesia.

Para efeitos bancários, Vítor Santos esclareceu que a Junta de Freguesia necessita sempre de duas assinaturas, sendo obrigatória a do Tesoureiro ou a do Presidente do Executivo, conjuntamente com a de qualquer outro membro do Executivo.

Mais informou que foi deliberado, em reunião da Junta, que o Presidente, ao tomar posse, exerça funções em regime de meio tempo.

Esclareceu ainda que a Freguesia de Maceira tem menos de 10 000 eleitores e que, de acordo com o Orçamento Geral do Estado, apenas é transferido para a Freguesia o montante correspondente ao exercício de funções em regime de meio tempo. A Direção-Geral das Autarquias Locais estabeleceu este regime, de forma a não onerar o orçamento da Freguesia.

O Presidente do Executivo referiu ainda que, embora seja remunerado em regime de meio tempo, assumirá funções a tempo inteiro sempre que tal se revele necessário.

O Presidente do Executivo informou que, neste último mês e meio de exercício de funções, realizou várias visitas de trabalho, nomeadamente ao Centro de Saúde da Maceira, onde reuniu com o coordenador da Unidade de Saúde Fonte do Rei e com os funcionários daquela unidade.

Foram discutidas as medidas necessárias para garantir o bom funcionamento do serviço, tendo ficado assente que, em conjunto com a Câmara Municipal de Leiria, seriam realizadas as obras necessárias para satisfazer as necessidades dos funcionários e dos utentes. Informou ainda que, a breve prazo, será instalado um



elevador, prevendo-se igualmente a melhoria dos gabinetes médicos e a implementação de medidas de proteção do edifício.

Foi também realizada uma visita ao Posto da GNR instalado na Maceira, tendo sido averiguadas, em conjunto com o capitão responsável, as condições das instalações. A Junta de Freguesia manifestou disponibilidade para colaborar na melhoria dessas condições.

Informou ainda que foi dada continuidade às obras já iniciadas pelo Executivo anterior, designadamente: iluminação do Parque Padre Júlio; conclusão do Parque do Rossio; e execução de passeios em Alcogulhe e A-do-Barbas.

Foi igualmente prestado apoio a algumas instituições, nomeadamente à Casa da Cultura e ao Centro Sénior de A-do-Barbas, bem como a uma associação de estudantes do Instituto Superior Técnico, em articulação com a Paróquia e com a Associação de Escuteiros, a qual, no próximo ano, virá prestar apoio a algumas associações locais e participar em ações de recuperação de património.

Foram estabelecidos contactos com novas associações da freguesia, no sentido de lhes facultar condições de instalação para o desenvolvimento das suas atividades.

Hélder Salgueiro estabeleceu contactos com produtores de eventos, com o objetivo de organizar a “Festa da Vila”.

Vítor Santos informou ainda que está a ser prestada colaboração à Comissão de Festas do “Sagrado”, através de apoio logístico.

Informou igualmente que foram tomadas algumas diligências com vista à criação da Unidade Local de Proteção Civil da Maceira, à instalação da Loja Social e à constituição da Comissão Social da Maceira.

Acrescentou que, neste mês e meio de exercício de funções, foram realizados cerca de 100 atendimentos a fregueses.

O Presidente do Executivo abordou ainda a situação financeira da freguesia, salientando que, no final do ano de 2025, se registava uma elevada percentagem de execução da despesa, situando-se atualmente nos 98%, de um montante de 1 622 000 euros.

Adiantou que foi realizada obra e que se procurará, através da receita, equilibrar o orçamento da despesa, tudo indicando, no entanto, que tal será viável. Referiu que a execução da receita se encontra atualmente nos 76%, existindo a perspetiva de que seja possível corrigir esse défice até ao final do ano. Esclareceu que a diferença corresponde a obras que se encontram em curso e a outras que, embora já



executadas, ainda aguardam a transferência das respetivas verbas por parte da Câmara Municipal de Leiria.

Esclareceu ainda que as transferências são efetuadas na totalidade apenas após a conclusão das obras e depois da apreciação dos respetivos relatórios.

Referiu também que existem algumas verbas em dívida a fornecedores, mas que, com o saldo da freguesia, é possível fazer face a esses pagamentos, aguardando posteriormente pela transferência das verbas por parte da Câmara Municipal de Leiria.

De seguida, o Presidente da Mesa concedeu a palavra aos deputados para colocarem questões relativamente ao relatório apresentado pela Junta.

Alexandre Pereira solicitou a palavra e questionou o Executivo se o défice de pagamentos a fornecedores seria consequência de eventual “derrapagem” nas obras. O Presidente do Executivo esclareceu que tal não se verificava, referindo que a Junta procura efetuar os pagamentos aos fornecedores em tempo útil, aguardando posteriormente a transferência das verbas por parte da Câmara Municipal de Leiria, após a apreciação do respetivo relatório.

Nuno Oliveira solicitou esclarecimentos ao Executivo relativamente ao apoio, através de protocolo, às associações e instituições da freguesia, questionando se existe algum planeamento e se está definida uma entidade ou responsável para essa articulação. Colocou ainda a questão de saber se, no caso de colaboração com uma instituição universitária, deveria existir um protocolo previamente estabelecido, definindo objetivos e clarificando se se trata de um projeto com início e fim definidos.

Romeu Tavares, membro do Executivo anterior, solicitou a palavra para esclarecer que, normalmente, as instituições provenientes do exterior apresentam planos de ação, como é o caso do Instituto Superior Técnico, cabendo posteriormente ao Executivo apreciar e, se for caso disso, aprovar essas propostas de ação.

Sofia Francisco tomou a palavra, referindo que o atual Executivo deu prioridade à atualização dos ficheiros relativos a todas as associações da Freguesia da Maceira, bem como à identificação de associações mais recentes que ainda não tinham tido oportunidade de ser ouvidas.

Acrescentou que a Maceira é muito rica ao nível do associativismo, tendo sido preocupação da Junta reunir com essas entidades e trabalhar em parceria com as mesmas.

Relativamente à associação proveniente do Instituto Superior Técnico, em articulação com a Paróquia da Maceira, através do Padre Cristiano, referiu que a mesma vem trazer uma nova dinâmica à freguesia, com objetivos de apoio social e de recuperação de algum património ou monumento da Maceira.

Perspetiva-se, nesse âmbito, a recuperação da Capela da Sr.^a da Barroquinha. A colaboração da Junta de Freguesia consistirá essencialmente no apoio ao alojamento dos elementos dessa associação.

Nuno Oliveira solicitou esclarecimentos ao Executivo sobre se já tinha sido criada uma Comissão de Utentes para o Centro de Saúde.

Leonel Santos interveio, na qualidade de médico responsável pelo Centro de Saúde da Marinha Grande, esclarecendo que a Comissão de Utentes não pode ser criada por iniciativa dos profissionais de saúde que aí exercem funções, nem dos órgãos autárquicos. Referiu que a sua constituição terá de partir da iniciativa dos cidadãos ou utentes, podendo, contudo, vir a contar posteriormente com o apoio da Autarquia.

Alexandre Pereira propôs que a Junta de Freguesia procedesse à divulgação da possibilidade de criação da referida Comissão.

O Presidente da Mesa tomou a palavra para informar os fregueses presentes que poderiam tomar da palavra, conforme estipula o Regimento. Ninguém dos múltiplos cidadãos presentes solicitou a palavra.

PONTO QUATRO - Proposta de Orçamento, plano de atividades, plano plurianual de investimento e mapa de pessoal da Freguesia, para o ano de 2026 — apreciação, discussão e votação;

O Presidente da Mesa referiu que, na semana anterior, tinham sido enviados por correio eletrónico os documentos inerentes a este ponto, para prévia análise.

Foi dada a palavra ao Presidente do Executivo para prestar esclarecimentos adicionais.

Vítor Santos referiu que o Orçamento foi elaborado com base no histórico, partindo do princípio de que se manteria a articulação com a Câmara Municipal de Leiria relativamente às delegações de competências já existentes.

Foi tomada a opção de não fazer previsões para anos futuros, uma vez que o que se encontra previsto são os contratos interadministrativos e as delegações de competências que já existiam anteriormente. Acrescentou que não foi negociado nada de novo, dado que o intervalo de tempo desde a tomada de posse foi diminuto.



Acrescentou ainda que, dos projetos apresentados durante a campanha eleitoral, muito poucos se encontram contemplados neste Orçamento.

Relativamente aos valores apresentados no Orçamento, referiu que existe um ligeiro aumento do montante em relação ao ano anterior.

Adiantou que, em abril de 2026, será efetuada uma retificação ao Orçamento, com a introdução do saldo do Orçamento de 2025 e de alguma verba extraordinária proveniente de projeto interadministrativo que venha a ser estabelecido com a Câmara Municipal de Leiria.

Informou ainda que, em 2026, será introduzido o Regulamento de Apoios Diretos da Câmara Municipal de Leiria para investimento de capital e algumas despesas correntes de iniciativa da Freguesia.

Relativamente à “Festa da Vila”, referiu que haverá um apoio no montante de 30 000 euros.

Serão igualmente atribuídos 157 000 euros em despesas de capital, que serão aplicados na recuperação de algum património da Freguesia, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Executivo anterior. Foi salientada a importância da recuperação dos lavadouros e fontes existentes na Freguesia que, encontrando-se atualmente em estado degradado, deverão ser preservados como parte integrante da história local.

Está também prevista a aquisição de uma viatura de nove lugares, dando cumprimento a um compromisso assumido durante a campanha eleitoral.

É ainda intenção do Executivo investir nos Cemitérios n.º 1 e n.º 2.

Tem igualmente como prioridade o investimento no Parque Verde da Maceira (espaço entre o Centro de Saúde e a Ribeira), bem como nos caminhos vicinais.

No seu conjunto, o investimento previsto ascende a cerca de 180 000 euros, sendo 157 000 euros atribuídos pela Câmara Municipal de Leiria.

Relativamente aos contratos interadministrativos que já transitavam de anos anteriores, referiu a existência de 94 000 euros destinados a obras diversas e 40 000 euros para o Programa “Viver Freguesias”.

O Presidente do Executivo lamentou o facto de a verba atribuída para a limpeza das vias municipais ser a mesma há dez anos.

Relativamente à Rua da Indústria XXI, referiu que se prevê a sua conclusão no ano de 2026.



Informou ainda que o Programa “Tapa Buracos”, em parceria com os SMAS, também está contemplado, bem como a toponímia, a manutenção do Centro de Saúde, as faixas de gestão de combustível, o Pavilhão Gimnodesportivo, a Piscina Municipal, a área da Educação, o Balcão de Atendimento e a celebração de um novo contrato interadministrativo para um Parque de Resíduos, que será construído junto ao pavilhão-armazém da Junta de Freguesia da Maceira.

Referiu ainda que o Presidente da Câmara informou que o orçamento será valorizado em cerca de 2 a 3%, com vista ao melhoramento de alguns arruamentos na Maceira.

Virgílio Morouço questionou o Executivo relativamente à viatura de nove lugares cuja aquisição está prevista pela Freguesia, perguntando a que passageiros se destinaria e quem seria o responsável pela sua condução.

Vítor Santos esclareceu que a freguesia possui muitas pessoas com carência de meios de transporte, nomeadamente para acesso ao Centro de Saúde, aos cemitérios e para a realização de pequenas compras. Acrescentou que será criado um regulamento próprio para definir quem poderá ter acesso a este serviço, sendo a viatura conduzida por um funcionário da Junta ou por um membro eleito do Executivo.

Pedro Ascenso referiu que todos os presentes são “sonhadores” para a Maceira, pretendendo uma freguesia mais desenvolvida e com melhores condições. Salientou a existência de propostas apresentadas pelos diferentes grupos eleitorais, referindo que estas serão sempre favoráveis ao enriquecimento das propostas do Executivo.

Considerou importante a criação de uma parceria entre a Assembleia e o Executivo, de forma a alcançar o melhor para a freguesia. Referiu ainda que não encara a sua posição como sendo de oposição, mas antes de colaboração, acrescentando que poderão contar com o seu contributo.

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, referiu que gostaria de obter alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto à previsão de apenas 20 000 euros para a recuperação do Centro Cívico, uma vez que o grupo do PSD tinha apresentado outras propostas.

Vítor Santos agradeceu a disponibilidade demonstrada para colaborar e esclareceu que, para esta obra, estão em negociações com a Câmara Municipal de Leiria para a transferência de algumas verbas, mediante a apresentação do respetivo projeto. Acrescentou que a Junta de Freguesia da Maceira está muito empenhada em



concluir aquela obra, prevendo-se a criação de um pequeno auditório, com várias finalidades, entre as quais servir como sede da Assembleia de Freguesia.

O projeto prevê ainda a criação de espaços para escritórios e quartos destinados ao alojamento de estudantes e professores. Referiu que o projeto se encontra delineado e que poderá ser ajustado para acolher múltiplas valências.

Pedro Ascenso solicitou ainda esclarecimentos relativamente à verba de 5 000 euros prevista para aquisição de terrenos, ao que o Presidente do Executivo informou que essa rubrica deverá manter-se em aberto, não sendo obrigatória a realização dessa despesa.

Relativamente à proteção do património, Pedro Ascenso apresentou um alerta no âmbito da proteção civil, nomeadamente no espaço da Sr.^a da Barroquinha, referindo que se trata de um local suscetível de originar acidentes graves, devido à existência de muros muito altos. Sugeriu, por isso, a colocação de guardas ou estruturas semelhantes de proteção.

Nuno Oliveira, relativamente a este projeto, referiu que o seu grupo eleitoral tinha outras sugestões, acrescentando que, na sua opinião, o projeto existente não cumpre a legislação.

Vitor Santos informou que este projeto foi elaborado pela Junta de Freguesia da Maceira e que foi aprovado, numa primeira instância, pela Câmara Municipal de Leiria.

Outra alínea do 4º Ponto da Ordem de Trabalhos, propunha a apreciação, discussão e votação do mapa de pessoal da Freguesia, para o ano de 2026.

O Presidente do Executivo informou que será necessário reforçar o quadro de pessoal. Referiu que atualmente existe uma vaga e que, a curto prazo, existirão duas vagas: uma para assistente técnica, por aposentação de uma funcionária administrativa, e outra para assistente operacional. Acrescentou que o orçamento prevê a admissão destes trabalhadores.

Informou que atualmente se encontram a exercer funções na Junta de Freguesia mais três ou quatro funcionários, ao abrigo de contrato interadministrativo, através de uma verba anual de 100 000 euros.

Colocada à votação a Proposta de Orçamento, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal para o ano de 2026, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções (três do PSD e duas do Chega).

Deliberado aprovar o PONTO 4 em minuta, por unanimidade, para produção imediata de efeitos.

Alexandre Pereira apresentou uma declaração de voto, que se junta em anexo à presente ata (documento em anexo – 2), referindo que a sua intenção inicial era votar a favor, mas que, após analisar o orçamento, optou pela abstenção.

PONTO CINCO - Inventário da Freguesia – apreciação, discussão e votação.

O Presidente da Mesa recordou que os documentos referentes a este ponto haviam sido previamente remetidos por correio eletrónico aos membros da Assembleia, para análise.

Nuno Oliveira tomou a palavra e referiu que o inventário deveria estar organizado por tipologia, de forma a facilitar a sua leitura. Hélder Salgueiro, vogal do Executivo, concordou com a observação e informou que será efetuada essa reorganização. Vítor Santos acrescentou que alguns bens já se encontram valorizados e informou que, tendo sido ultrapassado o montante de 1 000 000 euros, será necessário alterar o sistema contabilístico, o que implicará um registo mais pormenorizado.

Não havendo mais intervenções, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberado aprovar o PONTO CINCO em minuta, por unanimidade, para produção imediata de efeitos.

Intervenção do Público

Pelas vinte e três horas, e tal como referido no início da sessão, o Senhor Presidente da Mesa abriu o período fora da ordem de trabalhos para dar a palavra ao público presente.

Foi dada a palavra ao Senhor Luís Prata, que cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que, enquanto Presidente do Executivo anterior, foi frequentemente crítico da reduzida participação dos fregueses nas sessões da Assembleia de Freguesia, motivo pelo qual fez questão de estar presente nesta sessão.

Destacou, pela positiva, o facto de esta sessão contar com um número de participantes superior ao habitual. Desejou sucesso ao novo Executivo e à Assembleia para o mandato agora iniciado.

Referiu ainda que, tendo ficado com alguns assuntos pendentes do seu anterior mandato, pretendia colocar algumas questões ao Executivo, nomeadamente quanto



ao contrato celebrado entre a empresa Secil e o Município para a cedência de sete a nove casas do Bairro da Secil, bem como quanto à continuidade dos protocolos entre a Secil e a autarquia, uma vez que a empresa foi adquirida por um grupo espanhol.

Questionou igualmente o ponto de situação da requalificação da EN 356-1 e, por fim, perguntou quando será realizada a estação elevatória destinada a ligar o saneamento à Rua do Pinheiro Manso, no lugar do Arnal.

O Presidente do Executivo, Vítor Santos, tomou a palavra e manifestou alguma surpresa perante as questões colocadas, referindo que não contava com as mesmas logo na primeira sessão de trabalhos. No entanto, esclareceu que iria responder, uma vez que os assuntos apresentados já tinham sido analisados pelo Executivo.

Informou que foi estabelecido contacto com a administração da Secil, da qual receberam a indicação de que os projetos ainda não se encontram concluídos, embora já tenham sido realizados alguns trabalhos preparatórios. Referiu ainda que o gabinete de Margarida Ruivaco efetuou o levantamento das necessidades para a requalificação das habitações, sendo a indicação recebida a de que as obras deverão iniciar-se no início de 2026.

Informou ainda que a casa n.º 105, pela sua localização estratégica entre as escolas e a piscina municipal, será adquirida pelo Município, tendo havido necessidade de intervir para evitar a sua venda a terceiros.

Quanto à requalificação da EN 356-1, não existe projeto, apenas um esboço. O executivo recebeu indicação do município para avançar com o projeto por sua conta. É intenção deste executivo avançar nesse sentido assim como também pela requalificação da EN 356-2 que também estava contemplada.

Em relação à estação elevatória no Arnal, o executivo confirmou junto da proprietária do terreno que mantém a sua intenção de o vender pelo preço acordado e amanhã o responsável do SMAS vem reunir com o executivo para tentarem solucionar esta questão.

O executivo garante que são projetos para avançar.

Tomou a palavra João Ferreira do público, cumprimentou todos os presentes, felicitou o executivo e a assembleia desejando um mandato profícuo e que no final dos 4 anos a Maceira fique mais forte e com melhor qualidade de vida.



Manifestou a sua preocupação quanto à Rua da Indústria XXI destacando a sua importância para o projeto de uma zona industrial na Maceira, solicitando especial atenção para que este projeto não seja esquecido.

Não havendo mais intervenções por parte do público, o presidente da mesa deu por encerrado o tempo concedido para a participação do público e retomou a ordem de trabalhos.

PONTO SEIS – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo do Presidente da Junta de Freguesia de Maceira.

O Presidente da Mesa, introduzindo o Ponto 6, recordou o que havia sido referido no Ponto 3 pelo Sr. Presidente Vítor Santos, no sentido de que a verba transferida para a Freguesia corresponde a metade do valor previsto, uma vez que a freguesia possui menos de 10 000 eleitores.

O Presidente da Junta informou ainda que foi solicitado parecer jurídico à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), com o objetivo de verificar eventual incompatibilidade pelo facto de se encontrar aposentado e a receber pensão da Segurança Social, tendo sido concluído que não existe qualquer impedimento.

Virgílio Morouço questionou se os restantes membros do Executivo recebem alguma compensação monetária. Vítor Santos esclareceu que não são remunerados, recebendo apenas senhas de presença nas reuniões, acrescentando que a sua remuneração em regime de meio tempo ronda os 700 euros.

Alexandre Pereira questionou se o valor remuneratório é definido anualmente ou para todo o mandato, tendo sido esclarecido que a decisão é válida para todo o mandato, podendo, contudo, ser revista.

Deliberado aprovar o ponto 6 em minuta, por unanimidade, para produção imediata de efeitos.

PONTO SETE – Contratos Plurianuais – autorização para assunção de compromissos.

Após a introdução ao ponto 7, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Executivo.

Vítor Santos explicou que se trata da autorização da Assembleia para o Executivo assumir compromissos contratuais plurianuais relativos a serviços como telecomunicações, limpeza e reparação de vias públicas, manutenção de



cemitérios, bem como de rotundas e outros espaços públicos, contratados a entidades externas através de procedimentos concursais, sendo os contratos celebrados, normalmente, por três anos, prazo máximo permitido por lei.

Não havendo pedidos de esclarecimento, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberado aprovar o PONTO SETE em minuta, por unanimidade, para produção imediata de efeitos.

PONTO OITO - Outros assuntos de interesse da Freguesia.

Entrados no último ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa abriu inscrições para intervenções.

Liliana Santos tomou a palavra, sugerindo a realização de Assembleias de Freguesia em diferentes locais da freguesia, de forma a incentivar a participação da população.

O Presidente da Mesa referiu que, em experiências anteriores, as assembleias descentralizadas tendem a centrar-se sobretudo nas questões locais do lugar onde se realizam, podendo desviar o debate do interesse geral, embora considere a sugestão pertinente.

O Presidente do Executivo manifestou abertura para analisar essa possibilidade.

Tomou a palavra Pedro Ascenso, que salientou a importância da partilha de informação por parte do Executivo e sugeriu a criação de um grupo de comunicação entre os membros.

Referiu ainda que acompanha o projeto de requalificação das habitações do Bairro da Secil e considera que o processo não se encontra tão avançado como foi transmitido.

Alertou igualmente para a necessidade de maior rigor técnico no desenvolvimento do projeto da zona industrial, reiterando a importância da Rua da Indústria XXI.

O Presidente do Executivo, Vítor Santos, esclareceu que o projeto existente se encontra desenvolvido até à empresa Procadimoldes.

Pedro Ascenso manifestou ainda preocupação com questões ambientais relacionadas com a Secil, defendendo que a Assembleia e o Executivo devem acompanhar atentamente estas matérias.



Vítor Santos referiu que existe acompanhamento por parte da Comissão de Acompanhamento Ambiental e preocupação com a monitorização das emissões e o cumprimento das obrigações legais, estando prevista uma reunião em janeiro para discussão destas matérias.

Indicou ainda que, relativamente à venda da Secil, não são esperadas alterações no relacionamento com a Junta de Freguesia e com a população.

Sofia Francisco tomou a palavra para informar que fez parte da Comissão Ambiental durante os últimos quatro anos, na qualidade de Presidente do Conselho Geral. Referiu que essa comissão contava com a presença de representantes do Movimento Maceira Saudável, do Movimento Oikos, da Câmara Municipal, dos Bombeiros Voluntários da Maceira e do Instituto Politécnico de Leiria.

Acrescentou que, nas reuniões desta comissão, a empresa Secil é obrigada a responder a qualquer reclamação apresentada, sendo do seu conhecimento que, no ano passado, apenas foram registadas duas reclamações. Referiu ainda que cabe a cada cidadão manter-se atento, sendo possível registar reclamações através do site da empresa.

O Presidente do Executivo, Vítor Santos, tomou igualmente a palavra para referir que é importante manter vigilância permanente sobre estas matérias, acrescentando que a empresa tem adotado algumas medidas, como a substituição de filtros, nomeadamente o filtro de mangas. Referiu ainda que a Secil tem a obrigação de apreciar e responder às reclamações apresentadas, acrescentando que a empresa informa a Junta de Freguesia das datas dos rebentamentos realizados na pedreira.

Romeu Tavares tomou a palavra para informar que o montante de comparticipação da Secil é de cem mil euros por ano e que os rebentamentos na pedreira são realizados por desmonte, sem impacto significativo em termos de vibrações.

Nuno Oliveira tomou a palavra para alertar para a área da proteção civil, referindo que, na sua opinião, na Maceira existem três cargas térmicas particularmente perigosas: o pinhal do Porto do Carro, a Amazónia e a Zona Industrial. Manifestou preocupação quanto à eventual ocorrência de acidentes, acrescentando que, tanto quanto é do seu conhecimento, a freguesia não dispõe de um plano de emergência ao nível da informação e do treino da população.

Sugeriu a criação de um plano que mobilize as forças existentes na freguesia, nomeadamente as forças de segurança, as escolas, os escuteiros, os bombeiros, a proteção civil e a Junta de Freguesia. Referiu ainda a necessidade de promover a

fixação de população na Maceira, através de programas atrativos para os jovens e da reabilitação de habitações.

Alexandre Pereira tomou a palavra para informar a Assembleia de que, ao final da tarde, enviou por correio eletrónico para a Junta de Freguesia um requerimento formal, ao abrigo da Lei n.º 75, solicitando informação, por escrito, sobre a atividade do Executivo anterior, os projetos herdados, os projetos em curso e os projetos que o atual Executivo pretende desenvolver.

Mais informou que este pedido se insere nas competências de fiscalização da Assembleia de Freguesia, solicitando que o mesmo fique registado em ata.

Virgílio Morouço tomou a palavra para manifestar o seu descontentamento relativamente à situação em que a Maceira se encontra, referindo que a freguesia “não deu o salto” como outras localidades circundantes, apesar de possuir muitas empresas, incluindo uma de grande relevância como a Secil, bem como uma escola com um quadro de professores qualificado e classificações de excelência.

Referiu que tem existido alguma passividade por parte dos executivos anteriores e acrescentou que a Junta recebe da Secil verbas inferiores às que a empresa atribui a outras freguesias.

Abordou também o impacto negativo da poluição associada à lixeira, referindo que esta é prejudicial em termos de saúde pública, estando localizada em terrenos da Maceira e não havendo qualquer comparticipação monetária para a Junta de Freguesia.

Concluiu referindo que reconhece que a missão do Executivo é exigente, manifestando, no entanto, a sua disponibilidade para colaborar.

O Presidente do Executivo, Vítor Santos, tomou a palavra para responder às intervenções efetuadas:

- Relativamente à intervenção do Sr. Nuno Oliveira, informou que existe um Plano de Emergência e de Proteção Civil para a Maceira, elaborado pelo Município em conjunto com os Bombeiros da Maceira. Elogiou as observações apresentadas e solicitou a sua colaboração, enquanto elemento-chave, em articulação com a Junta de Freguesia, na implementação da Unidade de Proteção Civil a criar a curto prazo, cujo regulamento já se encontra elaborado e será submetido a discussão pública.

Informou ainda que se encontra definida a delimitação da zona urbana, estando o respetivo projeto concluído, faltando apenas a aprovação por parte do Município e da Assembleia Municipal.



- Relativamente à intervenção do Sr. Alexandre Pereira, referiu que todos os documentos da Assembleia são de domínio público, acrescentando, contudo, que será dada resposta ao pedido apresentado.

- Relativamente à intervenção do Sr. Virgílio Morouço, referiu que, embora existam diversos problemas na Maceira, não aprecia ouvir dizer mal da freguesia. Destacou que, no que respeita à educação e à escola pública, apesar de reconhecer que o parque escolar não se encontra nas melhores condições, em termos de resultados, a Maceira apresenta dos melhores indicadores a nível nacional. Acrescentou ainda que, na área da cultura, a freguesia se destaca no concelho de Leiria, sendo aquela que possui o maior número de grupos culturais e de atividades.

Referiu ainda que a lixeira e a fábrica têm impactos negativos na Maceira; no entanto, o trabalho da Junta incide sobre estas questões com o objetivo de melhorar a situação.

O Presidente do Executivo apelou também a que não se destaquem apenas os aspetos negativos da Maceira.

Informou igualmente que outras freguesias receberam compensações pelo impacto negativo da lixeira nos seus territórios, sendo que, no caso da Freguesia da Maceira, apenas recentemente foi reconhecido que a mesma se encontra no seu território.

Relativamente à questão dos odores que afetam a freguesia, referiu que o trabalho da Junta de Freguesia da Maceira passa por exigir a utilização de métodos, meios e processos de tratamento de resíduos adequados, de acordo com as melhores práticas disponíveis.

Terminados os Pontos da Ordem de Trabalhos, Leonel Santos, Presidente da Mesa, propôs à Assembleia que fosse realizada a votação para que os pontos quatro, cinco, seis e sete fossem aprovados em minuta, com o objetivo de entrada em vigor imediata, uma vez que, caso tal não aconteça, os mesmos apenas produzirão efeitos após a aprovação integral da ata, o que ocorrerá apenas na próxima sessão da Assembleia de Freguesia de Maceira, provavelmente em março de 2026.

Colocada à votação a aprovação dos referidos pontos em minuta, foram os mesmos aprovados por unanimidade dos membros da Assembleia presentes, para produção imediata de efeitos.

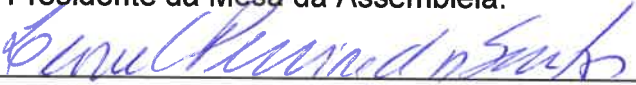
O Presidente do Executivo, Vítor Santos, em seu nome e em nome de todo o Executivo, desejou à Assembleia votos de um Bom Natal.

O Presidente da Assembleia agradeceu o civismo demonstrado, referindo que o mesmo foi ao encontro do que havia desejado e solicitado no início da sessão, permitindo a todos expressar as suas opiniões em prol do objetivo comum de construir uma Maceira melhor e mais saudável.

Desejou igualmente à Assembleia votos de Bom Natal.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta minutos do dia vinte e dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Mesa da Assembleia:



A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia:



A 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia:

